

Horizontes de Esperança:

Promovendo Acolhimento e Dignidade para a População em Situação de Rua

Izabella Salles

comissão de acompanhamento permanente (cap)

aline coelho sanches

gisela cunha viana leonelli (orientadora)

joubert josé lancha (orientador)

luciana bongiovanni martins schenk

paulo césar castral

coordenador do grupo temático (gt)

simone helena tanoue vizioli (orientadora)

Carvalho Franco de Salles, Izabella

Horizontes de Esperança: Promovendo o Acolhimento
e Dignidade para a População em Situação de Rua /
Izabella Carvalho Franco de Salles. -- São Carlos,
2024.

61 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Acolhimento população em situação de rua. 2.
Abrigo . 3. Visibilidade. 4. Direito à moradia. 5.
São José do Rio Preto. I. Título.

Gostaria de dedicar este trabalho para a minha família - **Andréa, David, Giovana e João** . Vocês são o meu alicerce. Muito obrigada por todo o amor e apoio incondicional. Sem vocês, não teria chegado até aqui. Muito obrigada, é indescritível o amor que sinto por cada um.

Aos meus amigos -**Lucas, Eduardo, Gabriel, Raíssa, Luíza, Vitória, Júlia, Ana Maria e Yuri** - meus sinceros agradecimentos. Minha segunda família. Sem vocês, essa jornada seria impossível. Obrigada por tanto. Amo vocês do fundo do meu coração.

Sou extremamente sortuda por ter tido vocês e tantas outras pessoas tão importantes no meu caminho.

Obrigada a todos.

introdução
contextualização
leitura do território
projeto
referências



introdução

INTRODUÇÃO

A partir do conceito de "direito à cidade", proposto por Henri Lefebvre, que se baseia na ideia de que todos os cidadãos devem ter acesso pleno e equitativo aos recursos e benefícios urbanos, parte a ideia deste trabalho. Para Lefebvre, a cidade não deve ser apenas um espaço de exclusão e segregação, mas um ambiente no qual todas as pessoas, independentemente de sua classe social ou condição, possam viver com dignidade, usufruir de infraestrutura e participar ativamente da vida urbana. Esse conceito, no entanto, entra em um conflito direto com a realidade vivida pelas pessoas em situação de rua, que frequentemente se veem marginalizadas e distantes de um direito fundamental: o **direito à moradia**.

Viver atualmente em cidades de médio ou grande porte significa estar o tempo todo convivendo com **desigualdades e injustiças**. Ao percorrer esses centros urbanos, é extremamente corriqueiro se deparar com pessoas em situação de rua "vivendo" nesses espaços públicos, sem infraestrutura ou amparo pelos órgãos competentes, submetidos a **situações precárias** e constantemente sendo ignorados. A ausência de moradia adequada é um dos principais fatores que afetam a qualidade de vida e a cidadania das pessoas em situação de rua. Embora a Constituição Brasileira, em seu artigo 6º, reconheça a moradia como um direito social, a falta de políticas públicas efetivas, a gentrificação e a exclusão social de populações mais vulneráveis têm agravado esse cenário, levando a um número crescente de pessoas sem um lar fixo e sem acesso a condições mínimas de sobrevivência e dignidade. Assim, o direito à cidade, tal como proposto por Lefebvre, se torna uma promessa vazia para aqueles que não têm sequer um teto sobre suas cabeças.

INTRODUÇÃO

Com base no Decreto n.o 7.053 de 2009, a população em situação de rua pode ser definida como “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009). Destaca-se que o direito à moradia é um direito social garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A mesma situação se encontra na cidade de São José do Rio Preto e foi por meio de observações ao percorrer uma das principais avenidas que estruturam a cidade, localizada na região central, que esse trabalho se estrutura. O Brasil tem hoje 227 mil pessoas em situação de rua, um aumento de 935% em 10 anos, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e essa população segue crescendo. Porém, em contraponto, vemos políticas públicas ineficazes e o estigma aumentando.

A população em situação de rua na cidade, como em outras cidades brasileiras, possui um perfil **diversificado e heterogêneo**. Frequentemente, essas pessoas são culpabilizadas e responsabilizadas por sua situação, sendo vistas como ameaças à comunidade. O grande desafio é reconhecer seu valor e potencial humano e adotar políticas públicas que respeitem seus **direitos e dignidade**, em vez de reforçar estigmas.

De acordo com diagnósticos da Prefeitura de Rio Preto, a região central, onde este projeto se baseia, é a mais expressiva em números de pessoas em situação de vulnerabilidade, mais especificamente em situação de rua. A presença massiva desta parte da população nesta região está relacionada ao acesso à alimentação, serviços e unidades de atendimento de proteção social presentes no território, além da dinamicidade do centro urbano, caracteristicamente marcado pela presença de comércios, pensões e hotéis de baixo custo, com a circulação constante de pessoas, aspectos que facilitam o processo de sobrevivência nas ruas. Ainda que a região tenha um acesso um pouco mais facilitado a essas infraestruturas comparado ao restante da cidade, são ineficazes diante do número de pessoas que dependem desses meios.

INTRODUÇÃO

A construção de **redes de apoio e autoproteção**, além da **ajuda mútua**, representam nas ruas estratégias desenvolvidas para a sobrevivência. Os usuários ressaltaram que os laços de **proteção e comunidade** estabelecidos entre si contribuem no cotidiano de vivência das ruas. Conforme apontam Vale e Vecchia (2019, p.224), em sua análise sobre as estratégias desenvolvidas pela população em situação de rua diante da carência de serviços públicos e das barreiras de acesso aos existentes, “**redes sociais são relações compartilhadas entre indivíduos e grupos que compõem a identidade individual e grupal com base em sentimentos de pertencimento e reconhecimento mútuo**”. Os autores pontuam que as redes de apoio social e cuidado compartilhado pelos próprios grupos são essenciais para as pessoas em situação de rua, em especial em cidades de pequeno e médio porte, considerando que tais redes oportunizam o acesso a recursos diversos.

A intenção deste projeto é perpassar as noções de suprimento das necessidades básicas humanas, que vão além do fornecimento de alimentação e de dormitórios, de forma a alcançar um lugar de **permanência** e de **pertencimento**, onde haja ambientes de **convivência** e de **expressão cultural**. A ocupação desses espaços permite que se construa e fomente o sentimento de **comunidade** e **identidade** desses grupos sociais, criar um ponto de encontro com criação de uma rede de apoio, para que sejam acolhidos e humanizados. O abrigo se estrutura na ideia de **permanência temporária**, sempre pautado na **redução de danos** e no **acolhimento aberto** a todos que necessitem. Abriga até 68 pessoas simultaneamente porém tem suas infraestruturas disponíveis para uso para aqueles que não estão abrigados, como a lavanderia e o refeitório. A intenção é **poder assistir a qualquer momento**, facilitando ao máximo o acesso a infraestrutura disponível.

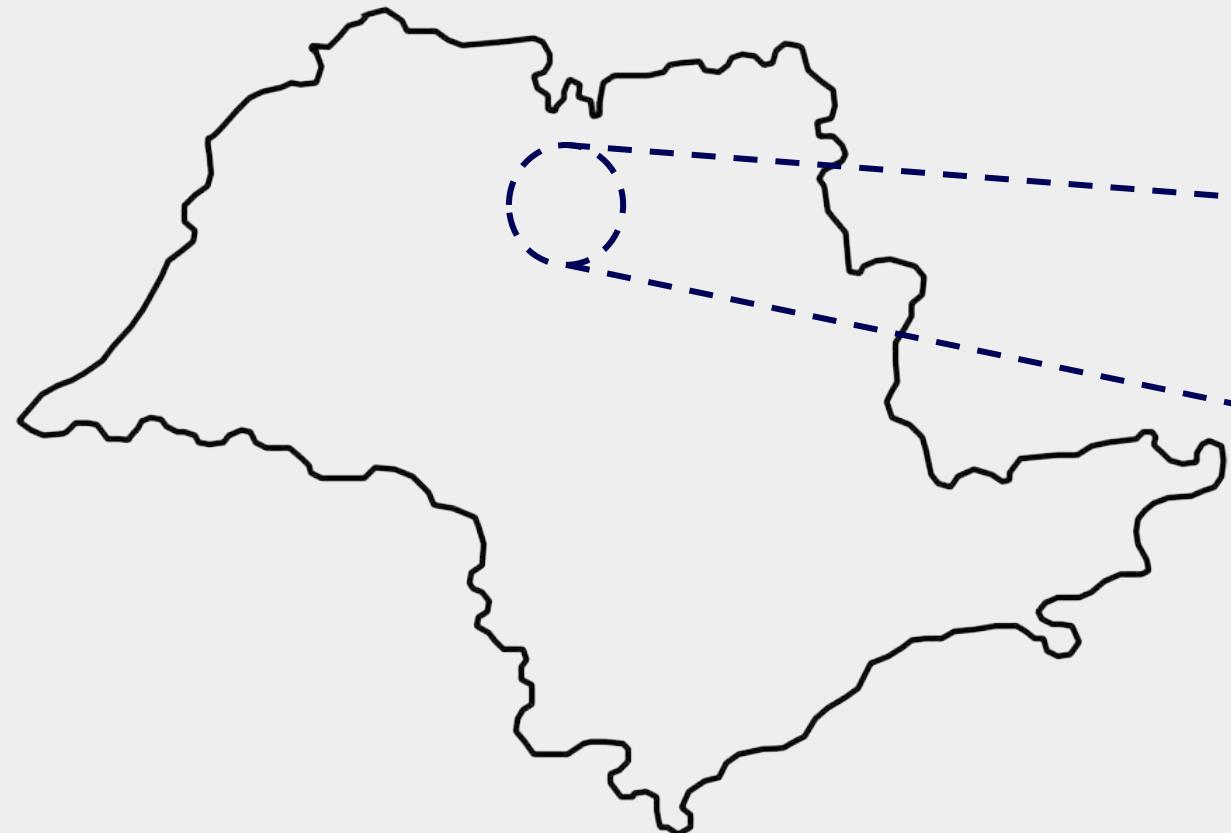
contextualização

CONTEXTUALIZAÇÃO



Projeto localizado na cidade de São José do Rio Preto voltado ao abrigo de pessoas em situação de rua, localizado na região central da cidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO



mapa estado de São Paulo



mapa município de São José
do Rio Preto
1:200000



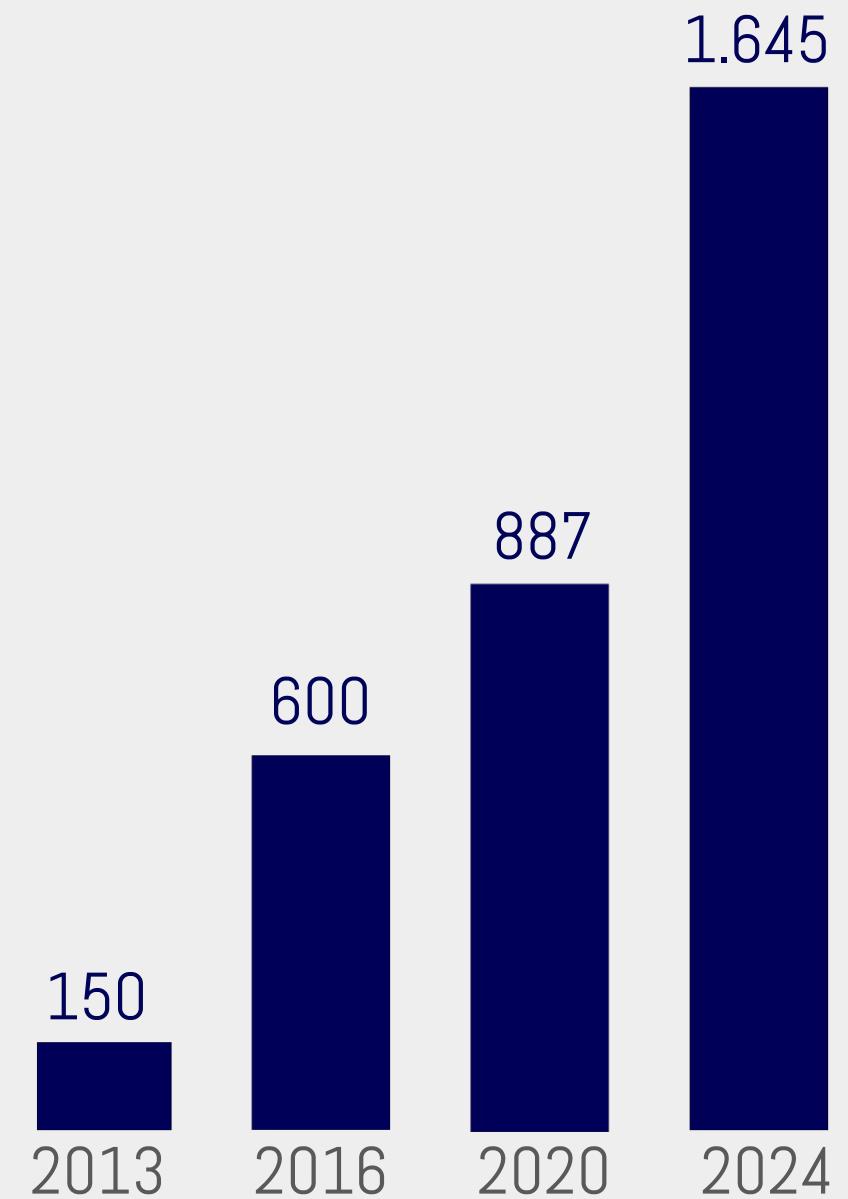
Com base no Decreto n.o 7.053 de 2009, a população em situação de rua pode ser definida como "grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória" (BRASIL, 2009). Destaca-se que o direito à moradia é um direito social garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de São José do Rio Preto abriga 501.597 mil habitantes e é um **polo educacional/econômico** no noroeste paulista, sendo muito procurada por pessoas em busca de novas oportunidades de vida e de trabalho.

De forma paralela, o crescimento populacional também acompanha o aumento da população em situação de rua, muito expressivo desde 2010. Em 2024, foram registradas **1.645** pessoas nessa condição, em contraponto a 2013, onde foram registradas 150.

Mesmo que a cidade ainda ofereça alguns equipamentos voltados ao amparo desta parte da população, o atendimento se mostra **ineficiente** diante número de pessoas que necessitam.



CONTEXTUALIZAÇÃO



campanha contra o ato de
dar “esmola” feito pela
prefeitura
Foto: Google Maps

A prefeitura da cidade já tentou inúmeras campanhas de assistência voltadas à essa parte da população, como a placa ao lado, na intenção com o ato de **“não dar esmolas, dar oportunidades”**, as pessoas que necessitem se dirijam aos estabelecimentos de ajuda e não usem o dinheiro arrecadado para “permanecerem nas ruas”. Porém isso cria um distanciamento entre as pessoas em situação de rua e o outro lado da comunidade, também criando sentimentos de **culpabilização e responsabilidade** por essas pessoas se encontrarem nessa atual realidade.

Foi realizado uma entrevista pelo CENSO de 2024 e uma das questões a população foi sobre quais são os seus **desejos**. A maioria (56%) aponta que o maior desejo é ter **moradia**, 48% responderam **trabalho** e 44% demonstraram a vontade de **sair das ruas**. Somente 4% desejaram permanecer nas ruas.





leitura do território

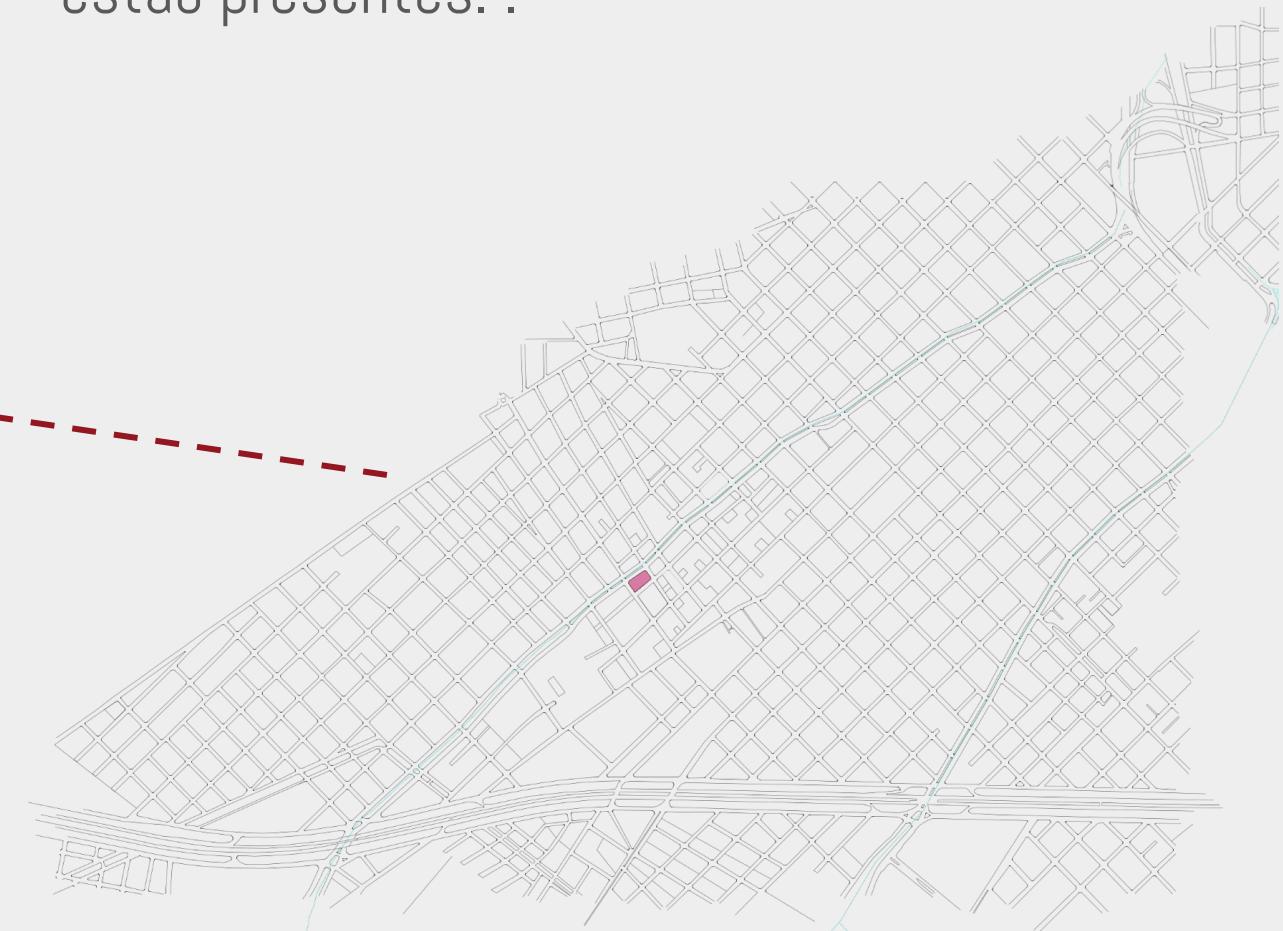
LEITURA DO TERRITÓRIO



mapa município de São José do Rio Preto
1:200000



Terreno localizado na região central de Rio Preto, em uma das avenidas mais importantes para a cidade, Avenida Bady Bassit. Um dos principais motivos para a escolha desta localização é a preexistência da população em situação de rua nessa região da cidade, dando infraestrutura para a permanência sem a expulsão do grupo da região central onde já estão presentes..



mapa de situação
1:500

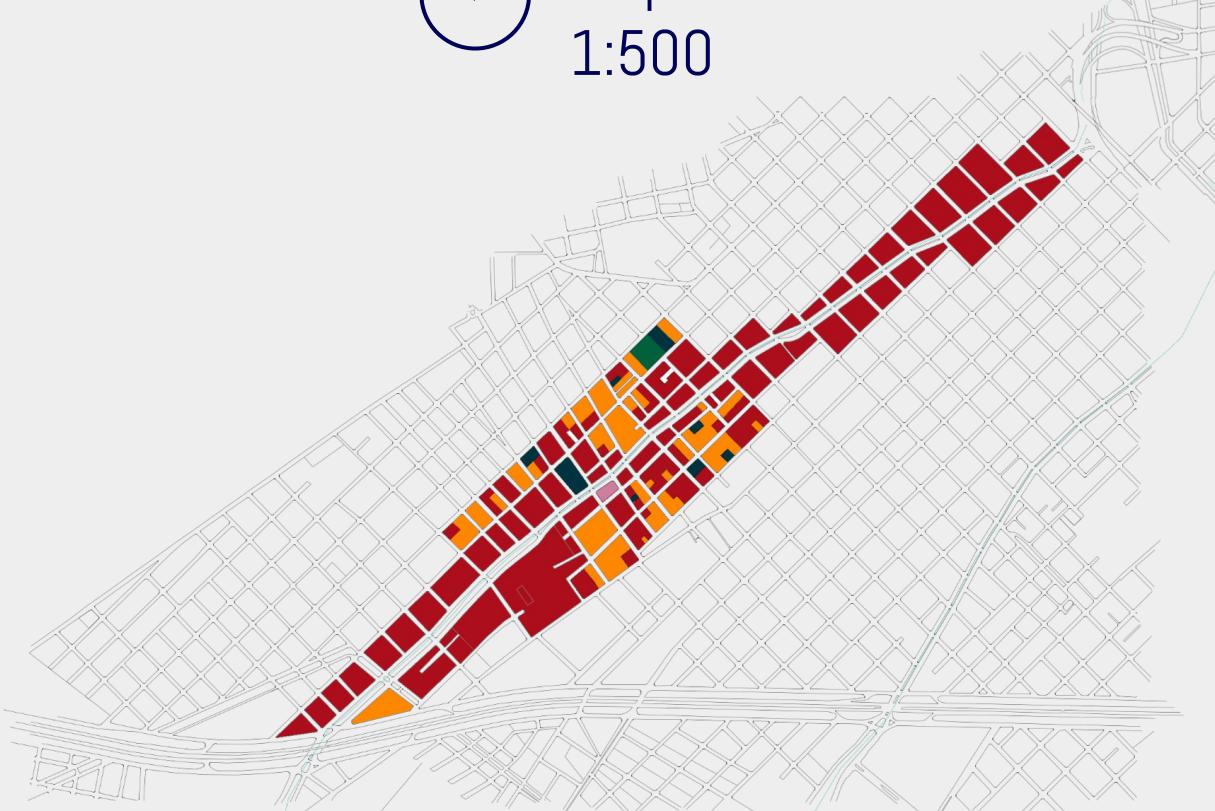
LEITURA DO TERRITÓRIO



Avenida majoritariamente comercial, onde as fachadas são ativas somente em horário comercial, fechando durante o período da noite. Oferecendo assim condições, mesmo que precárias, para a população em situação de rua dormir durante este período e, durante o dia, ficam desamparados, percorrendo a cidade.

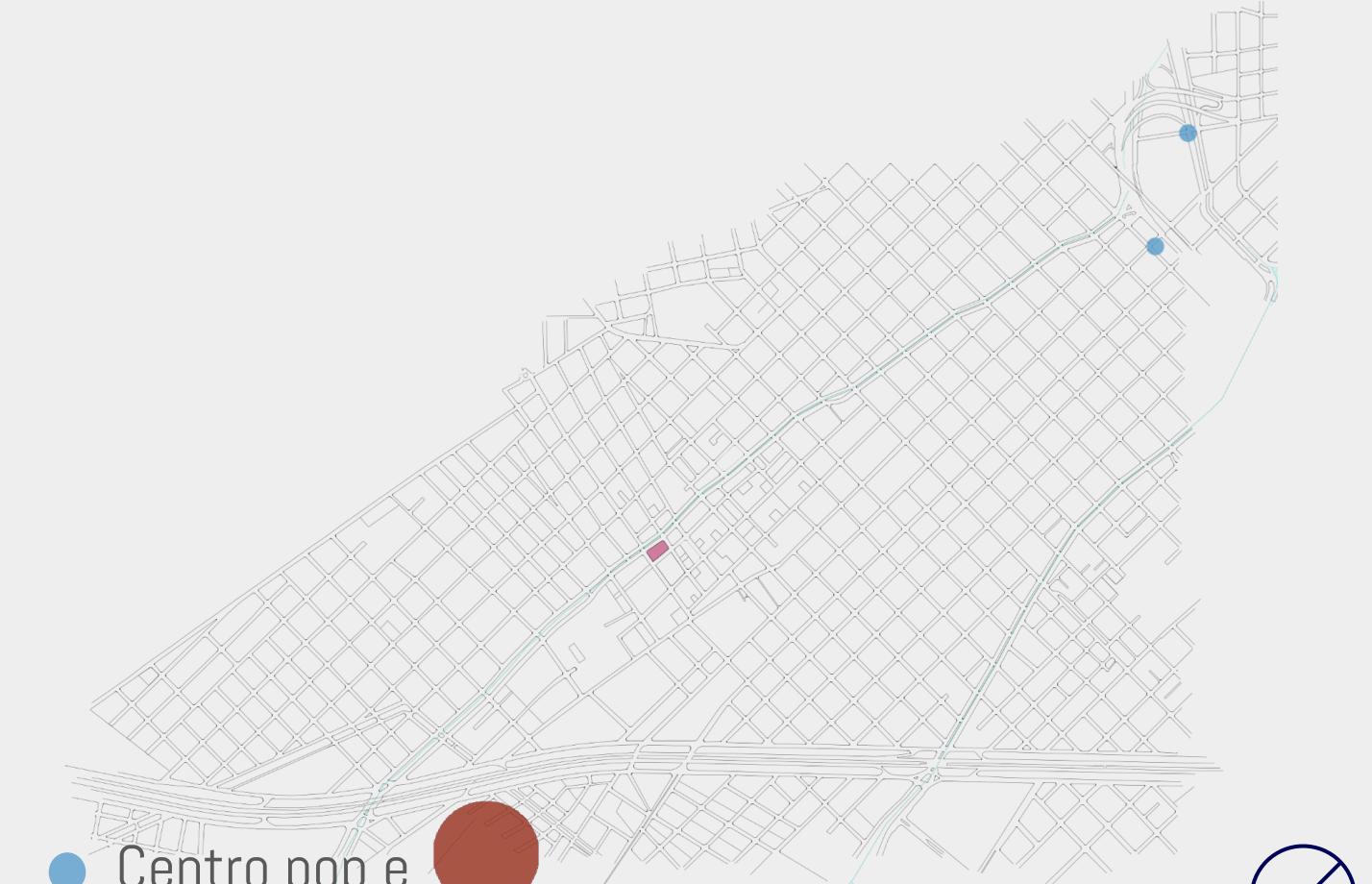


mapa usos - comercial
1:500



mapa usos - completo
1:500

LEITURA DO TERRITÓRIO



● Centro pop e
Bom Prato

● Centro

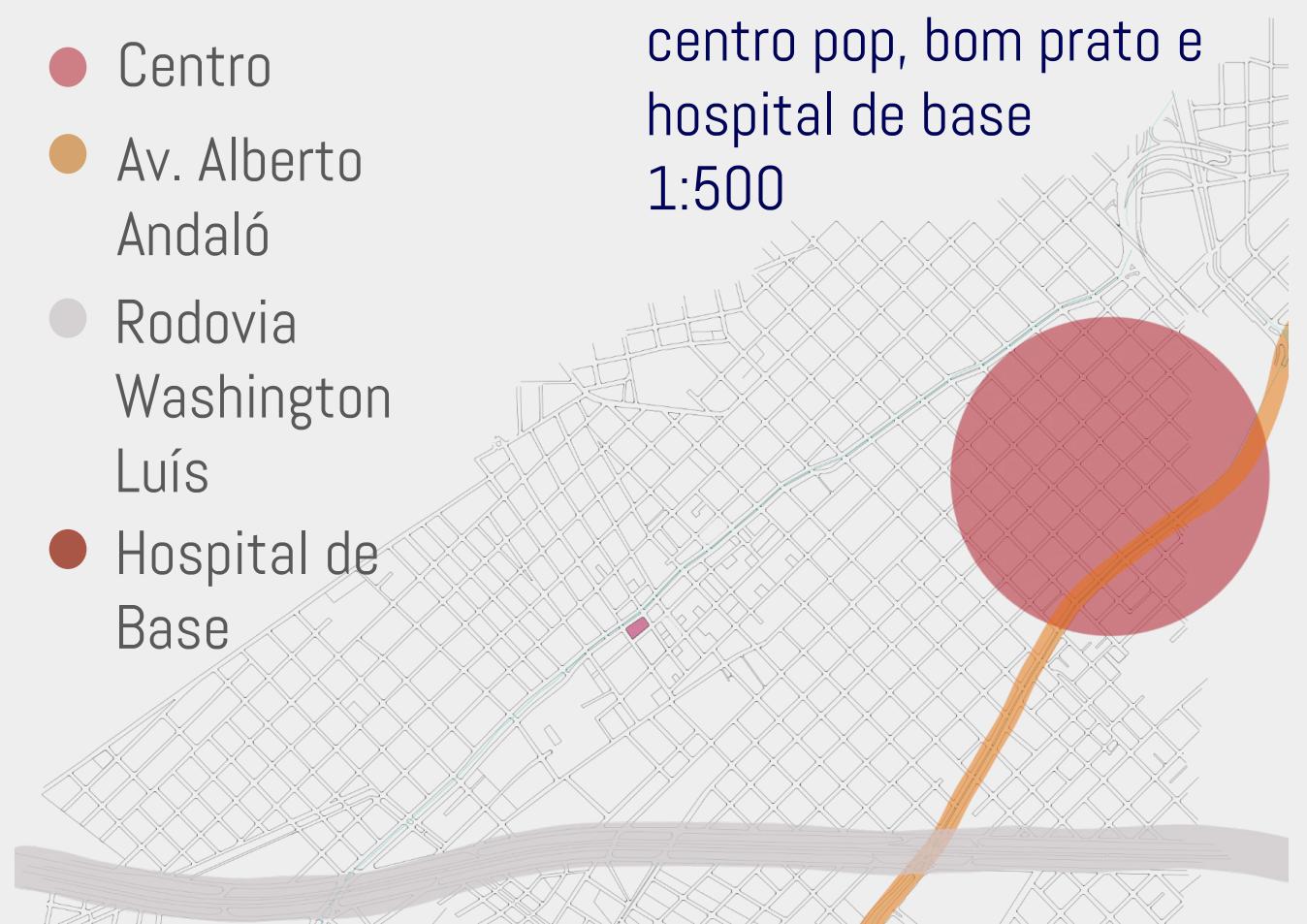
● Av. Alberto
Andaló

● Rodovia
Washington
Luís

● Hospital de
Base

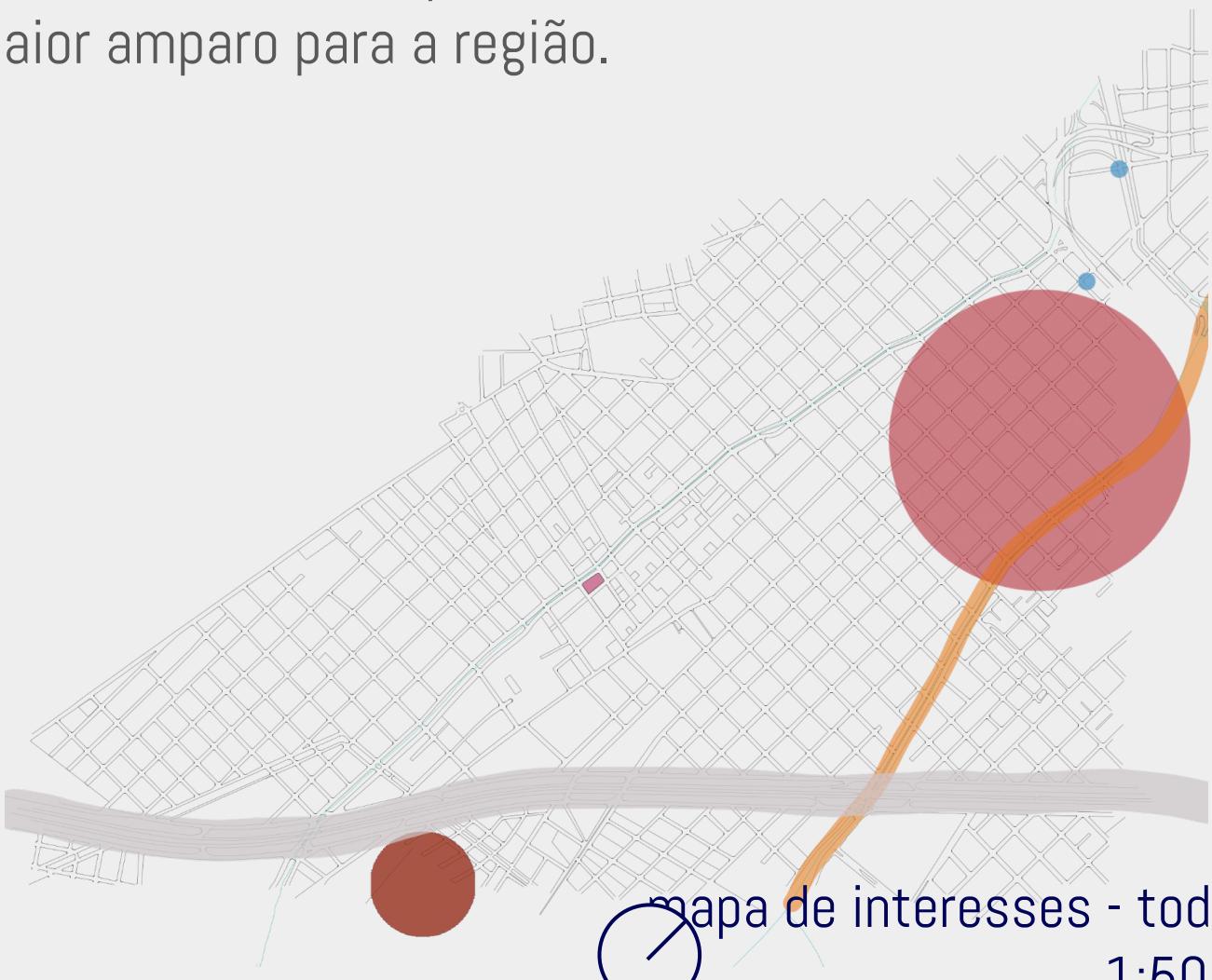
mapa de interesses -
centro pop, bom prato e
hospital de base

1:500



mapa de interesses -
centro e vias

1:500



mapa de interesses - todo
1:500

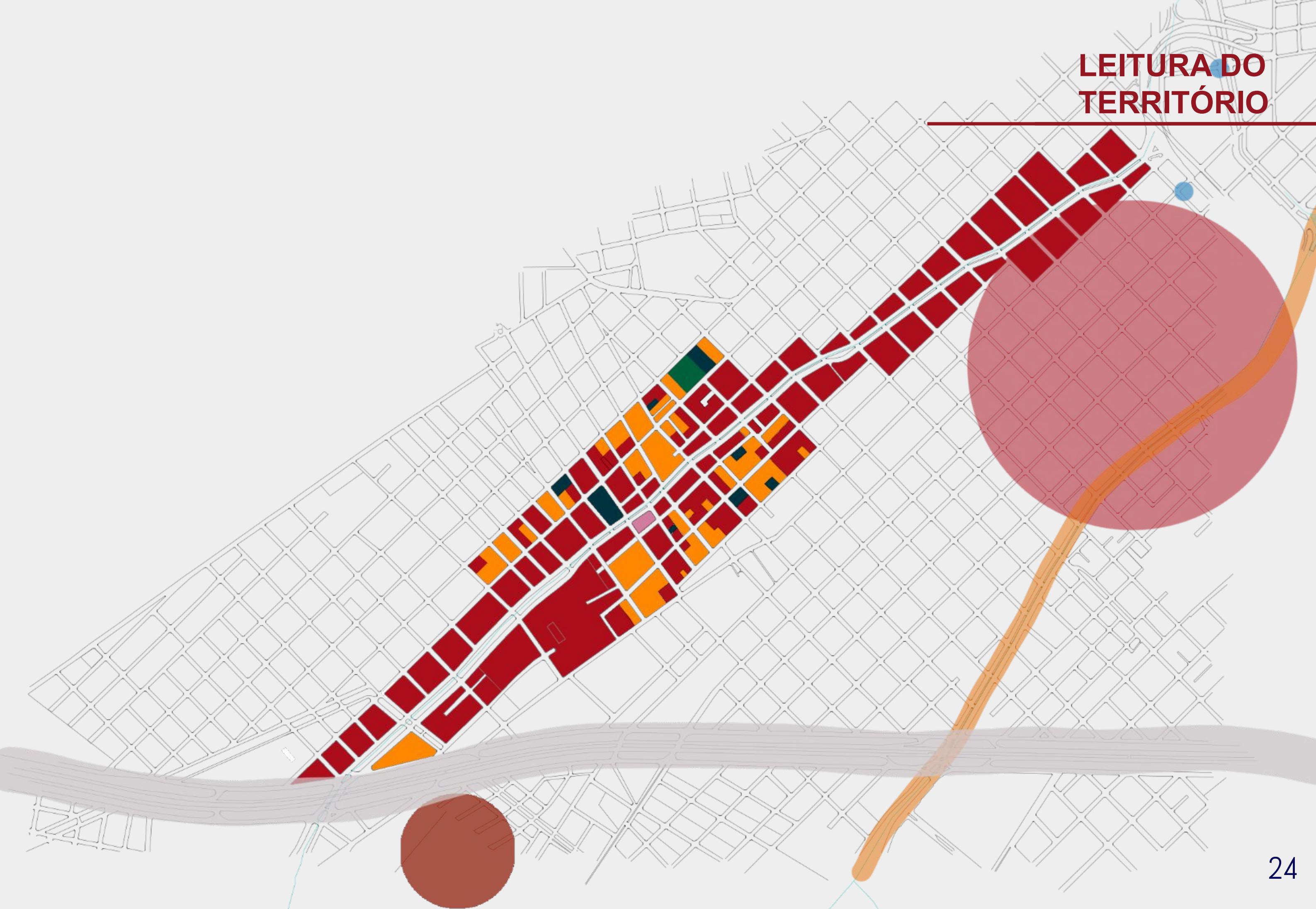
22



Outro fator importante para a escolha do lugar é o nível de áreas verdes e da arborização da região, quase inexistente. O projeto tem o intuito de ser um refúgio verde em meio ao bairro altamente urbanizado. Um local de estar e que possa ser de uso de toda a comunidade que vive ao redor, estimulando a convivência e a quebra do estigma e preconceitos que a sociedade atual tem com essa parte da população.



LEITURA DO TERRITÓRIO



LEITURA DO TERRITÓRIO

Fotos do local

Terreno em desuso em meio a uma avenida de importância na cidade, localização central



Fotos: Izabella Salles, São José do Rio Preto, 2024

REFERÊNCIAS PROJETUAIS



Edifício Guaimbê



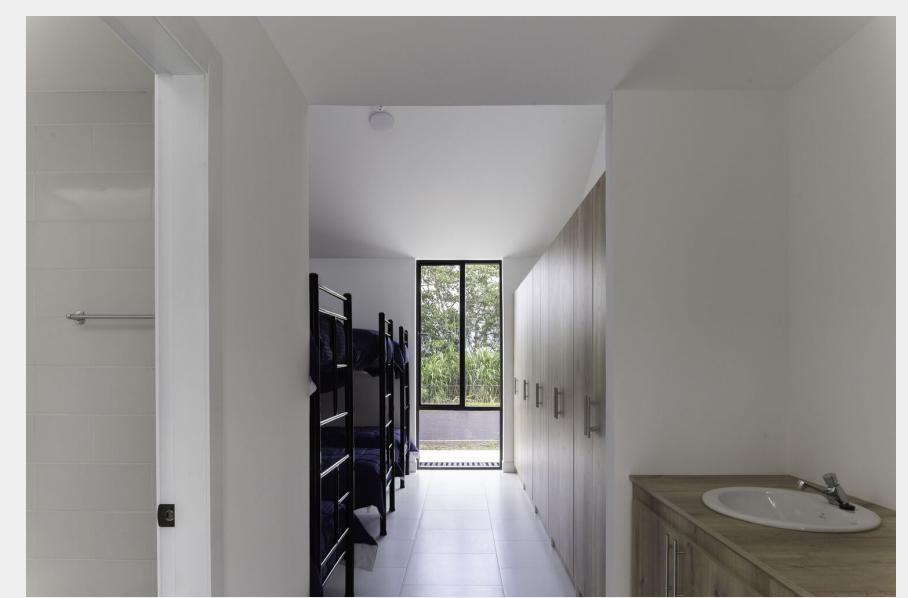
Edifício Tico Indiana



Edifício Tico Indiana



Edifício Tico Indiana



Casa de Acolhimento e Refeitório
Comunitário



projeto

PROJETO

implantação

Av. Bady Bassit



0 10 20 40

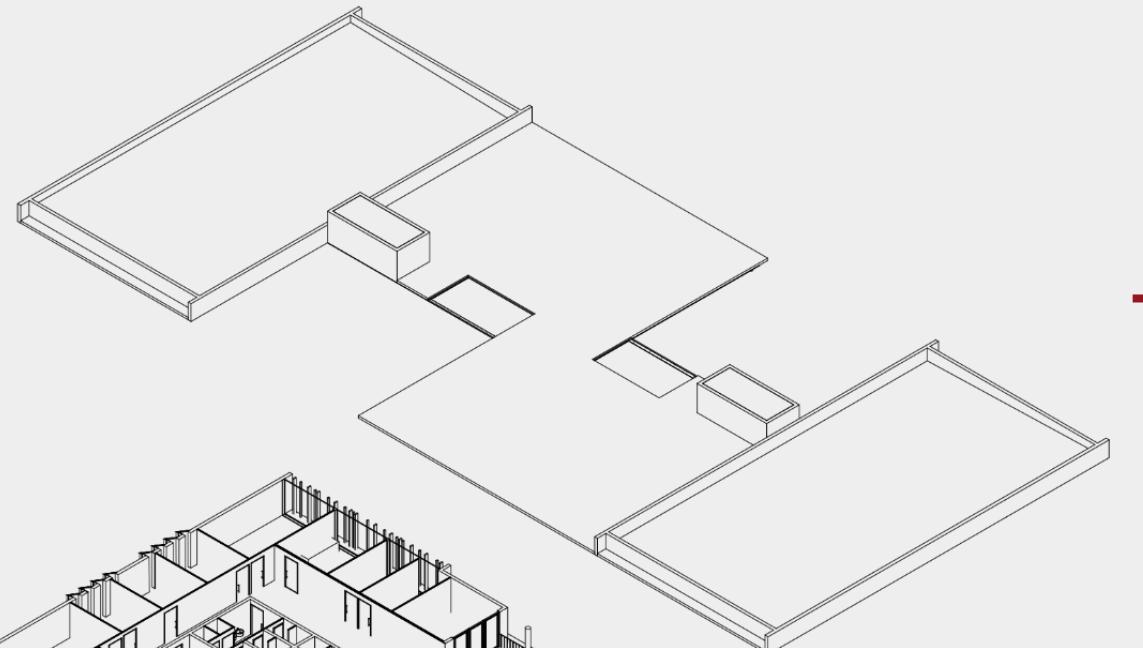


28

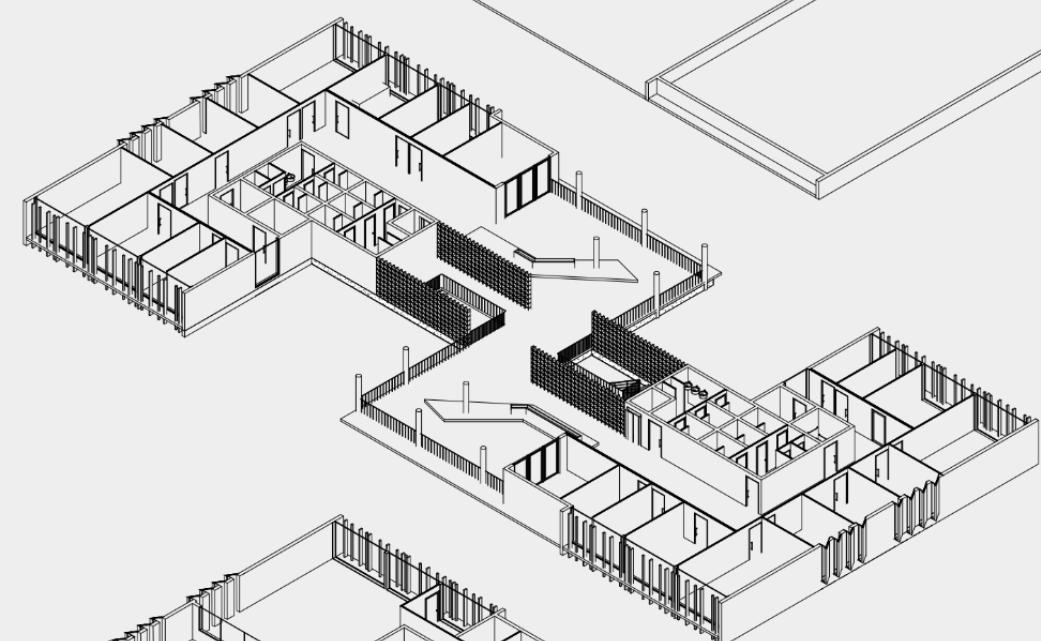
PROJETO

perspectiva explodida

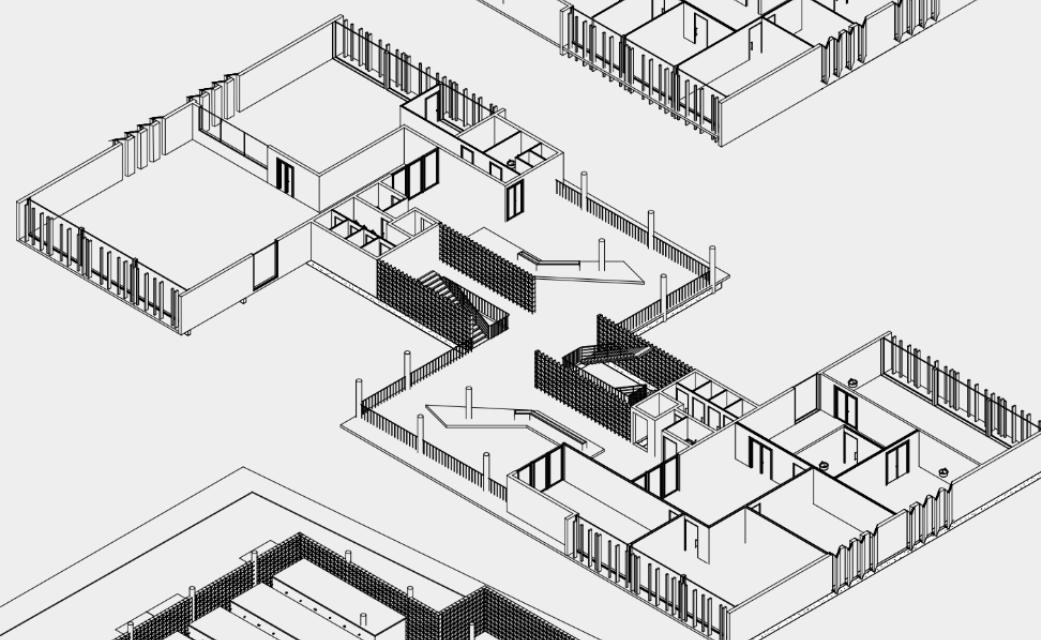
cobertura



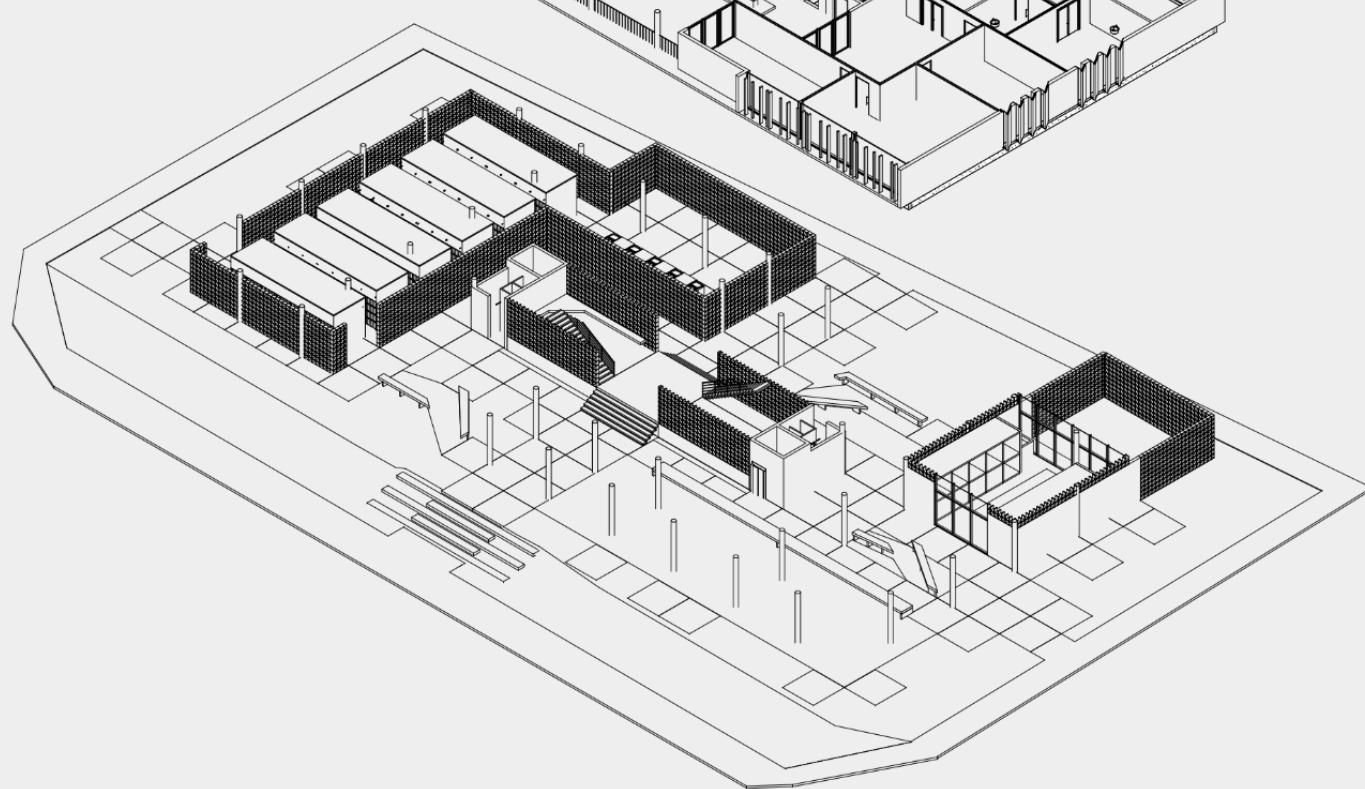
segundo pavimento



primeiro pavimento



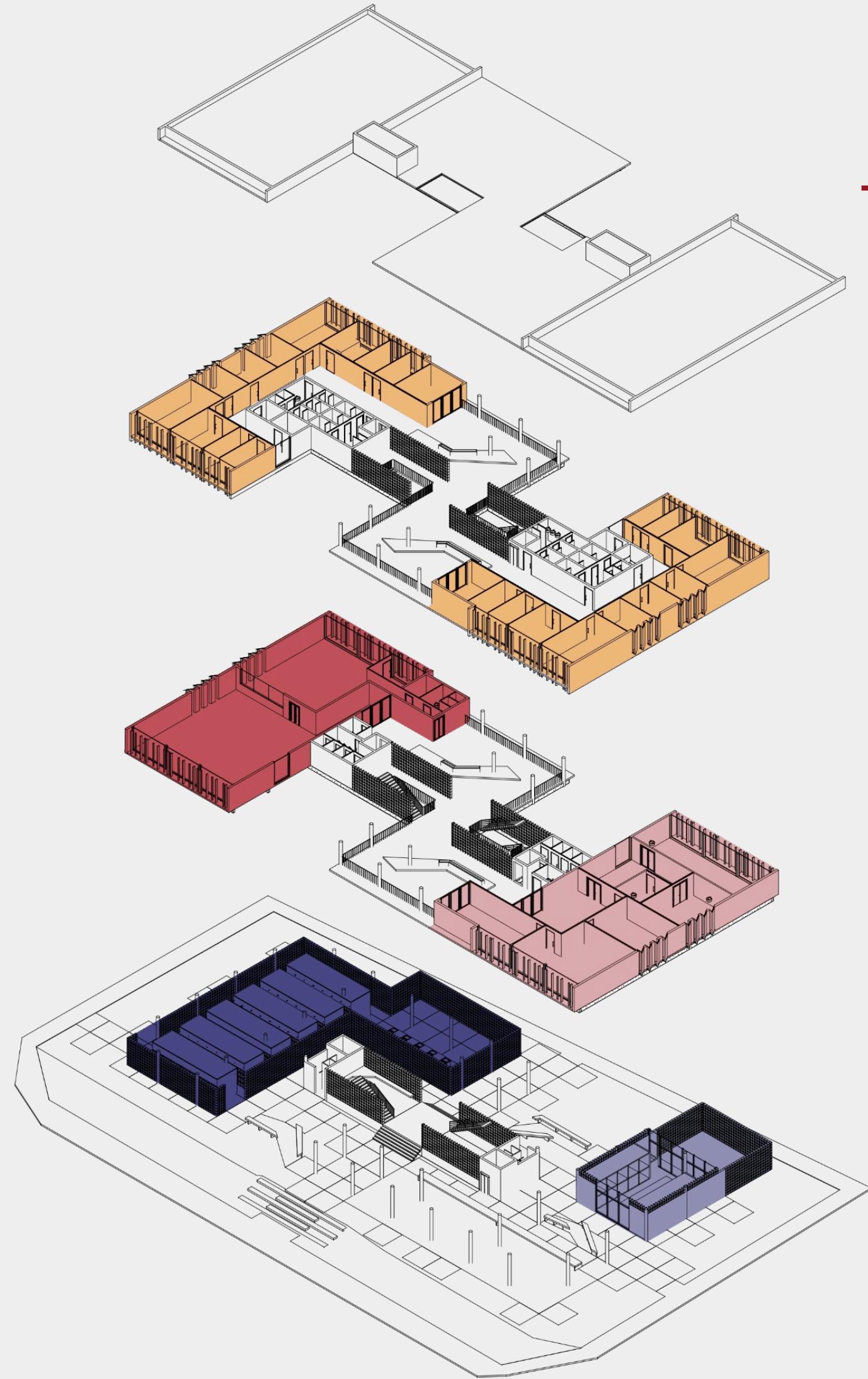
pavimento térreo



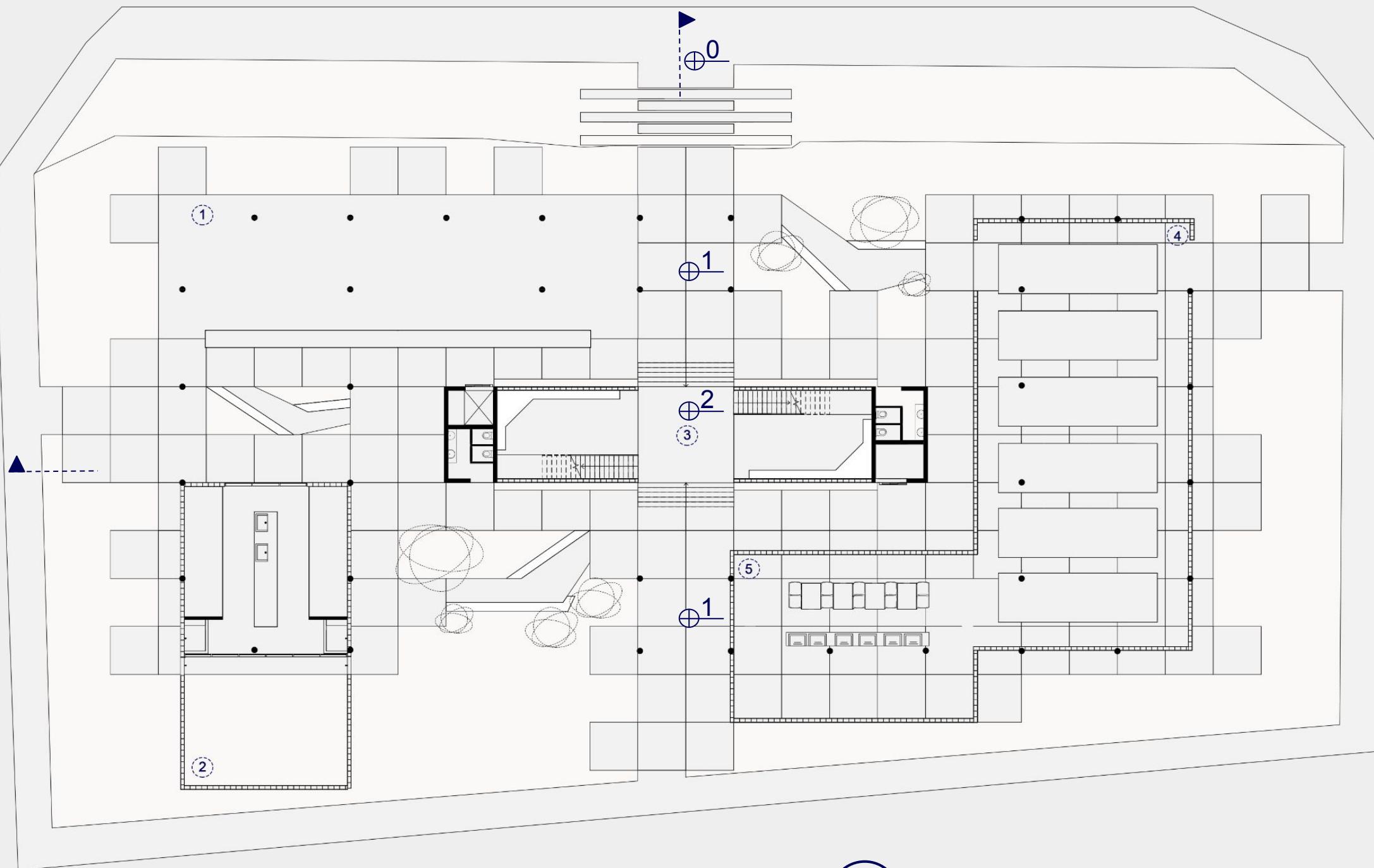
PROJETO

programa

- Habitações
- Cozinha e refeitório
- Bloco médico
- Lockes e lavanderia
- Acolhimento de animais



PROJETO

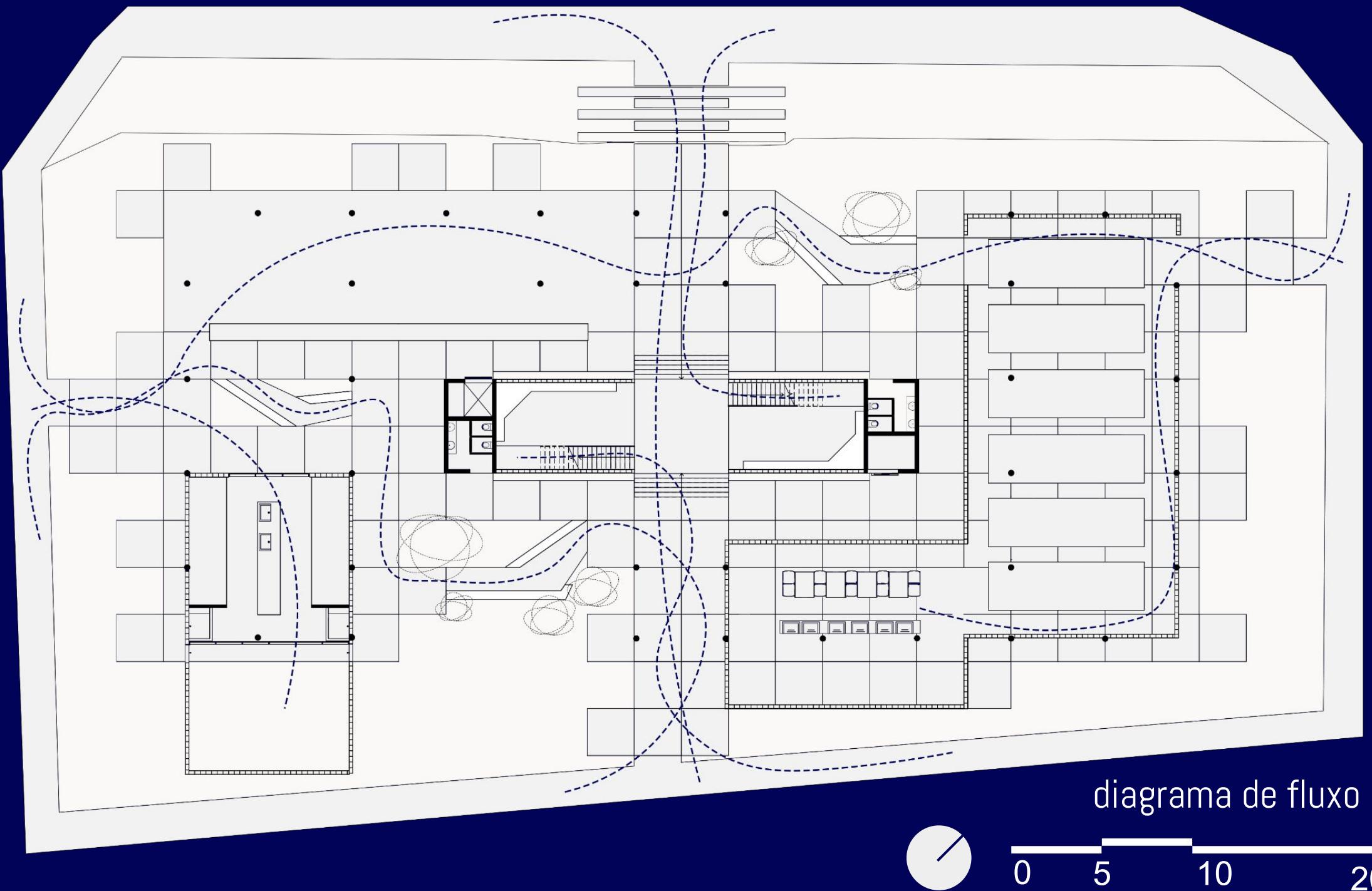


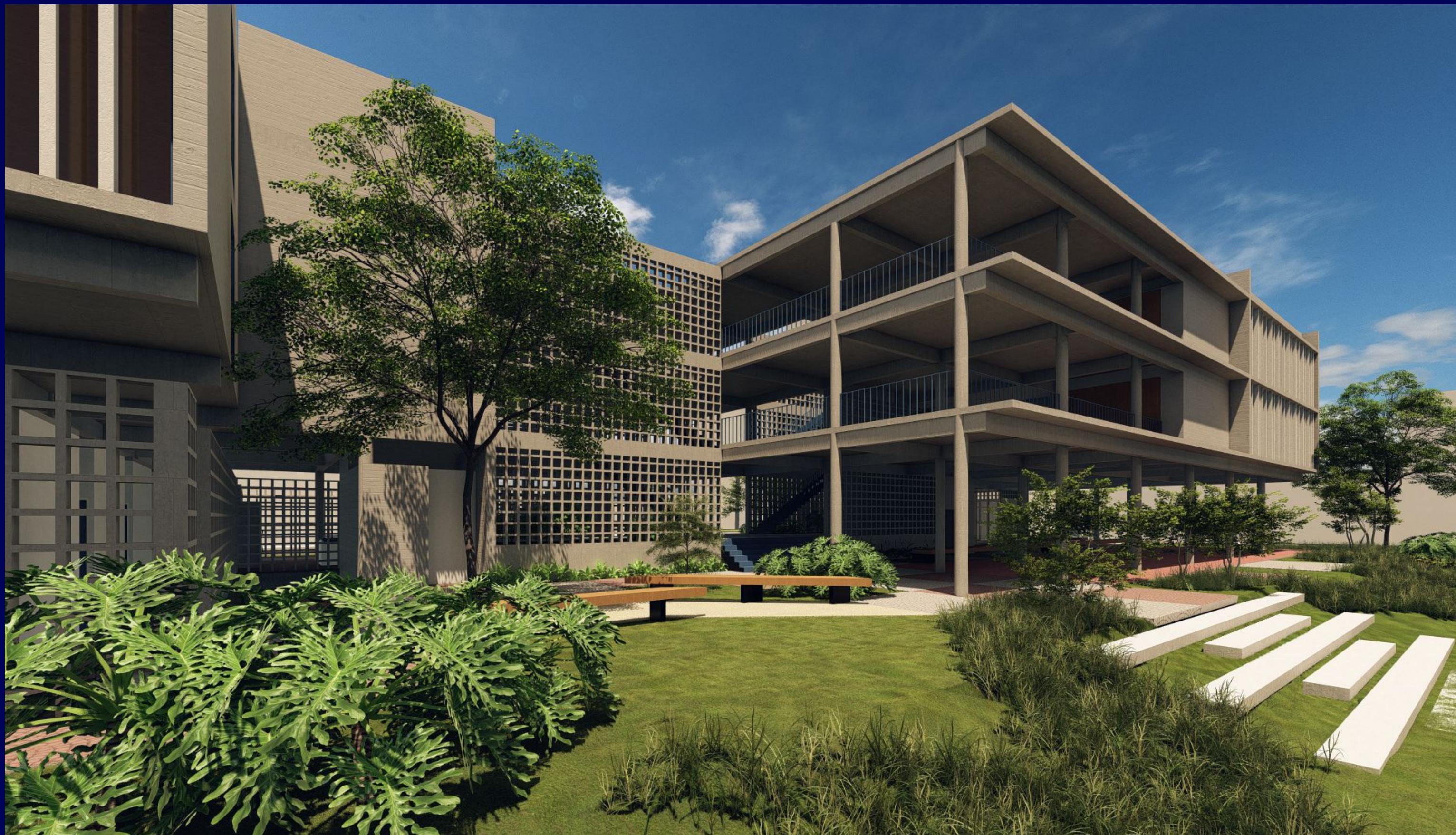
- 1 marquise
- 2 acolhimento pet
- 3 circulação vertical
- 4 lockers
- 5 lavanderia compartilhada

terreo

O pavimento térreo se caracteriza como um pavimento mais integrado com a cidade, com o mesmo sobre pilotis, aumentando sua permeabilidade, onde a população pode caminhar livremente pela quadra e fazer uso de seus espaços, sendo uma área pública de livre acesso a todos, com áreas de estar, mobiliários urbanos e espaços verdes, estimulando a população do entorno a frequentar este espaço. Também conta com uma área de depósito para o uso dos acolhidos, com um grande espaço de armazenamento que comporta os mais variados itens, uma lavanderia compartilhada para o uso do grupo alvo, um espaço destinado ao acolhimento de seus animais de companhia e uma área livre multifuncional.

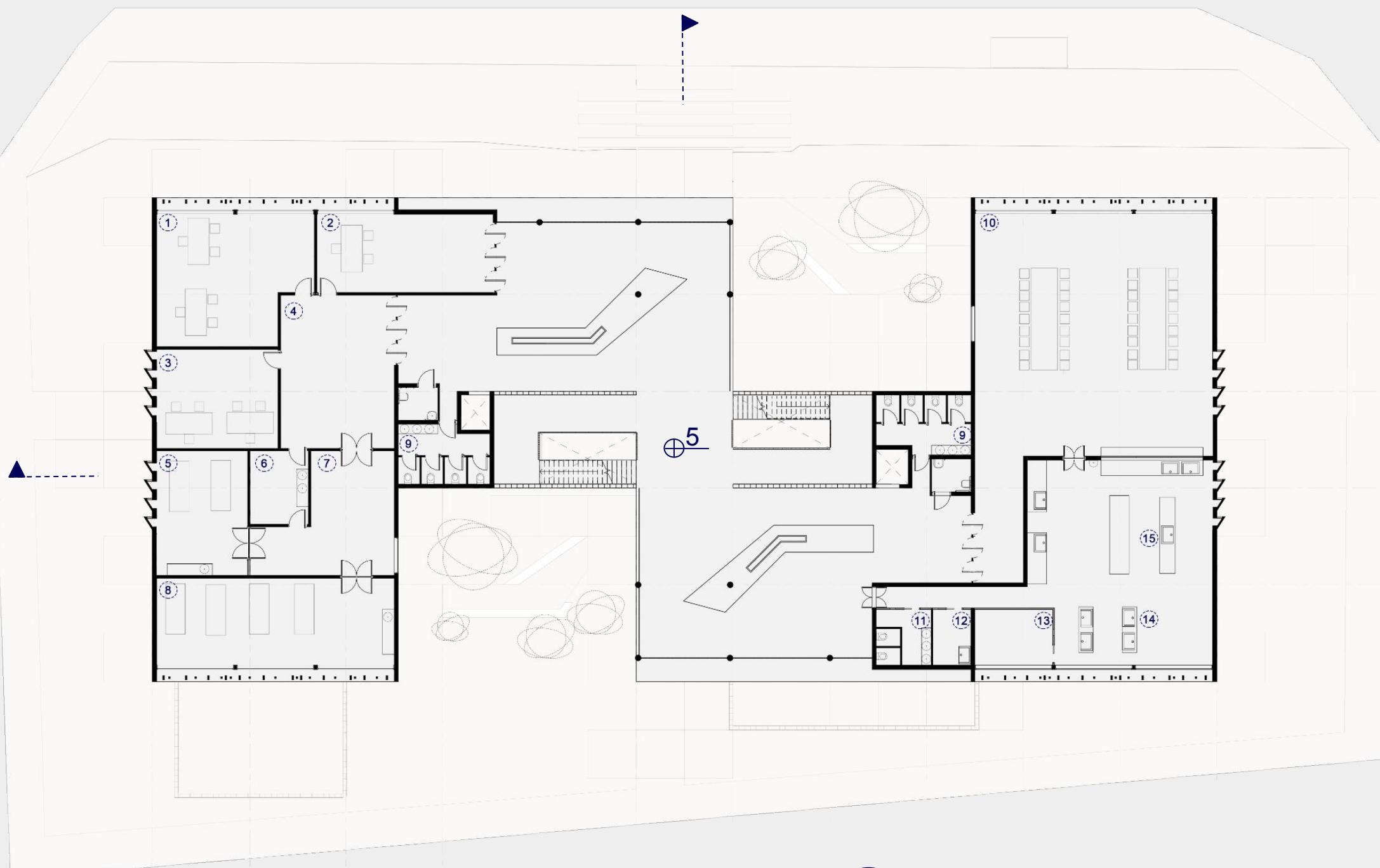
Um importante norteador do projeto foi priorizar a permeabilidade com o seu entorno, um edifício que se abre para a cidade e se conecta com as ruas. Dessa forma, traça um paralelo com a ideia de um abrigo aberto a todos, onde o público alvo tem o poder de escolha de adentrar a edificação e permanecer ou somente fazer uso de suas funcionalidades.







PROJETO



- 1 apoio médico
- 2 atendimento psicológico
- 3 atendimento jurídico/assistência social
- 4 recepção do bloco
- 5 sala de imunização
- 6 vestiário funcionários

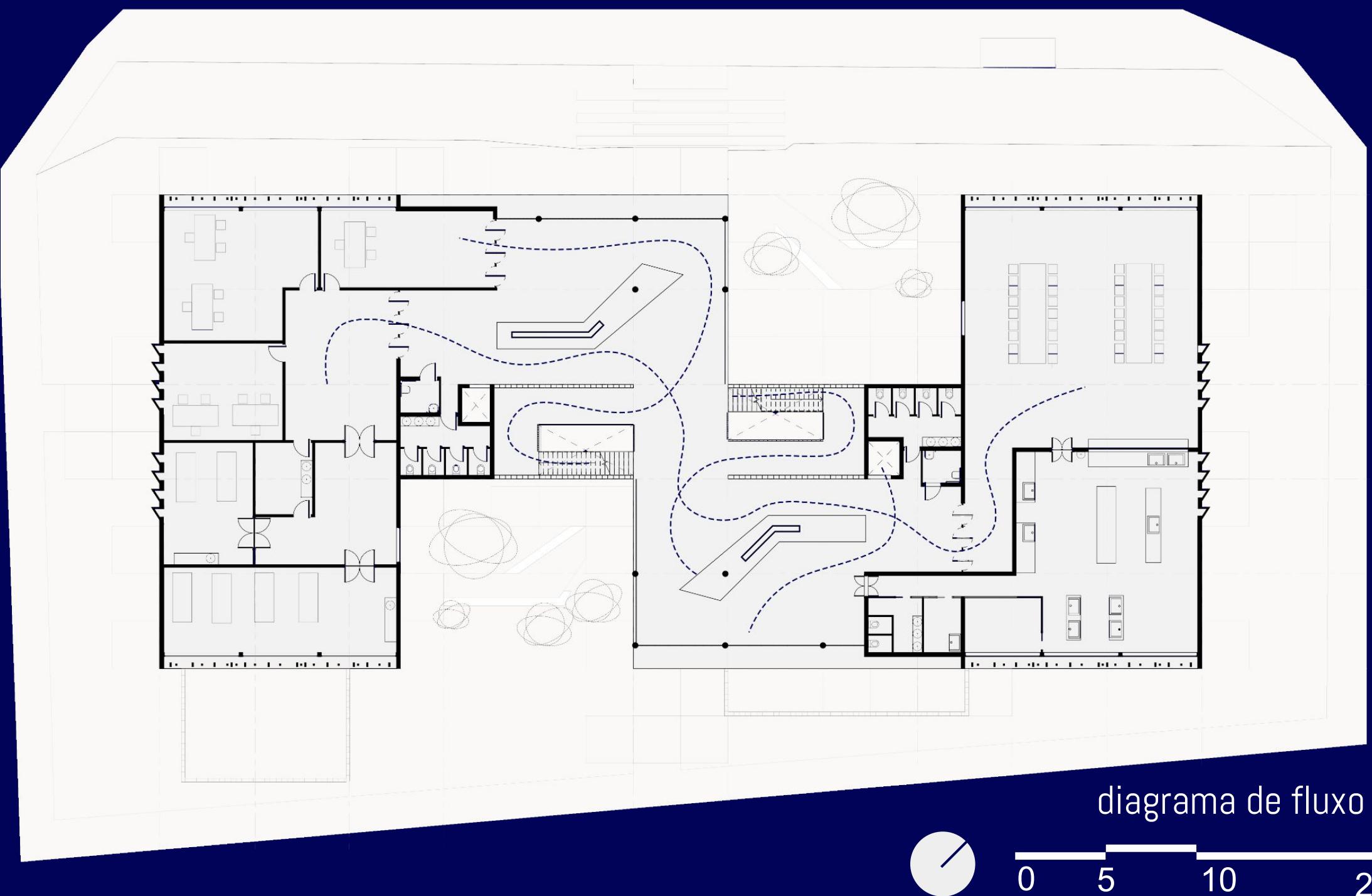
- 7 recepção área médica
- 8 unidade de saúde tipo 1
- 9 bloco banheiros
- 10 refeitório
- 11 banheiros funcionários
- 12 depósito de limpeza
- 13 armazenamento alimentos
- 14 estaçao pré higienização/recepção alimentos
- 15 cozinha

primeiro pavimento

O primeiro pavimento se caracteriza como uma área de transição mais controlada. Conta com uma área de saúde tipo 1, onde ocorre ações mais pontuais como: imunizações, primeiros atendimentos. O bloco conta também com uma área de atendimento psicológico, assistência social e jurídica. Também oferece uma cozinha comunitária e um refeitório para os abrigados. Comporta ainda dois espaços de estar para uso do grupo. As áreas são caracterizadas como áreas de permanência e encontro e serão espaços para que a população acolhida caracterize e faço a uso conforme as necessidades e vontades.

PROJETO

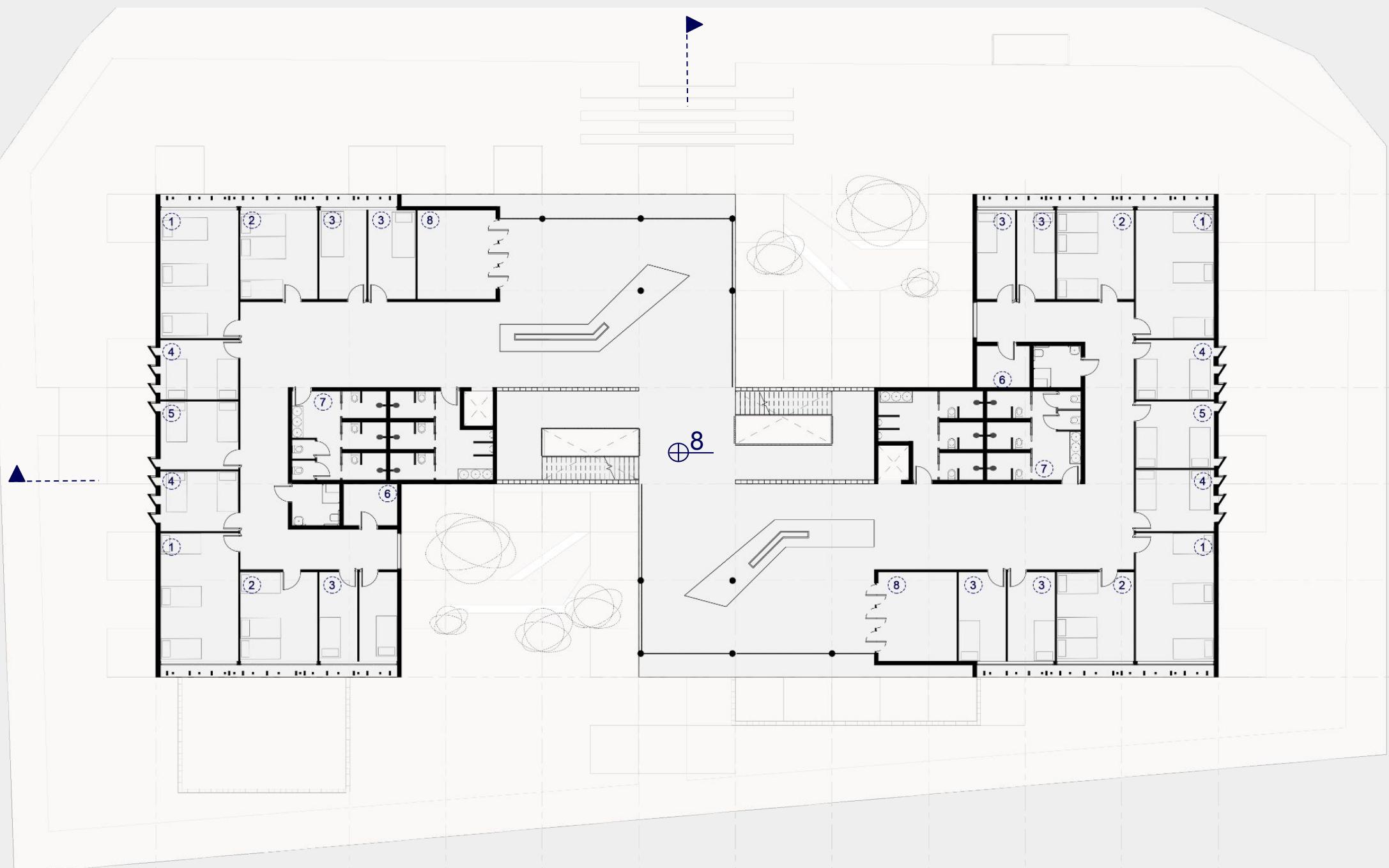
primeiro pavimento







PROJETO



- ① quarto até 6 pessoas
- ② quarto família
- ③ quarto 1 pessoa/baixa mobilidade
- ④ quarto até 4 pessoas
- ⑤ quarto até 2 pessoas
- ⑥ almoxarifado

- ⑦ bloco banheiros
- ⑧ espaço convivência

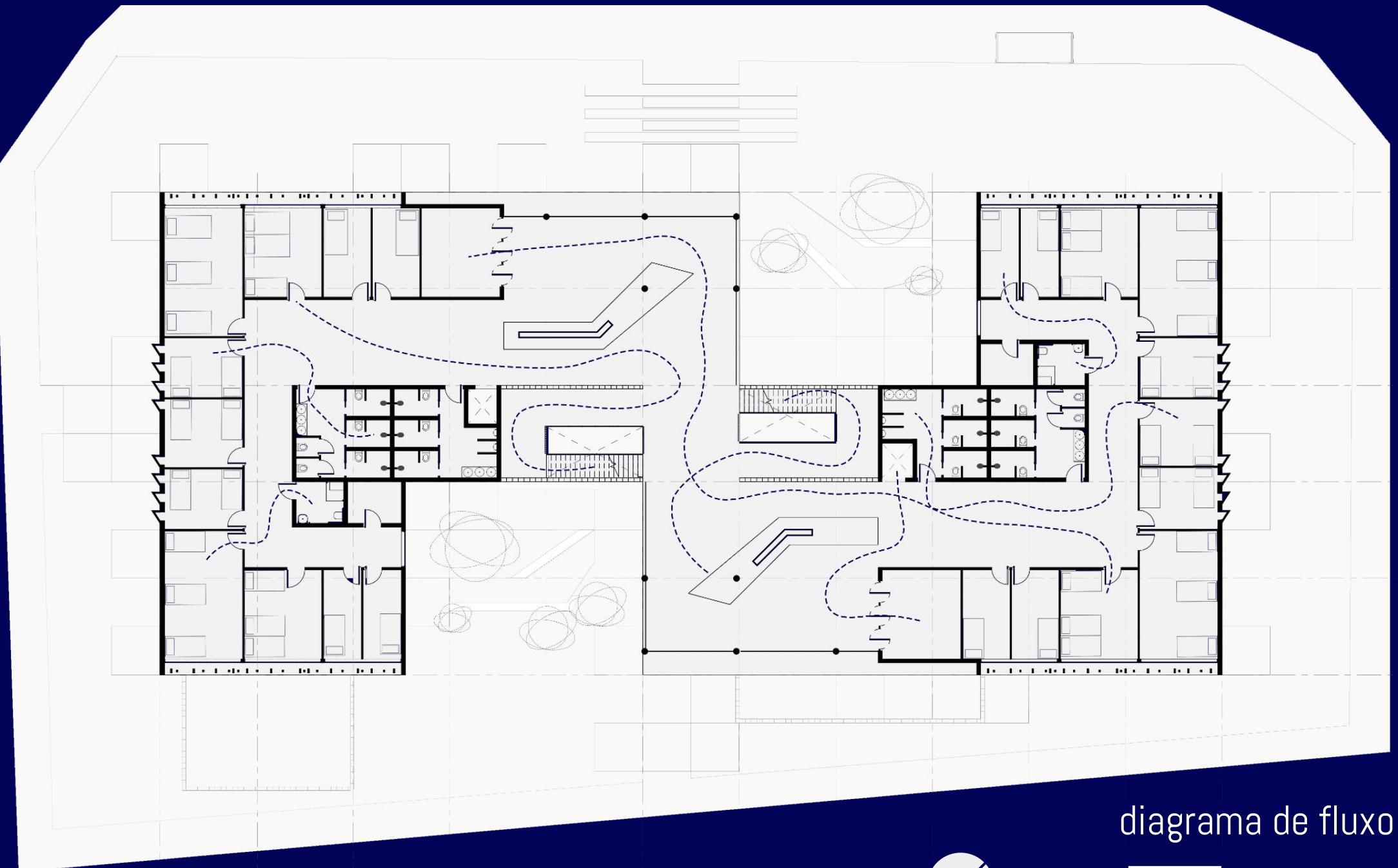


segundo pavimento

O segundo pavimento é o pavimento particular para uso do grupo acolhido. Conta com 2 quartos, com 5 tipologias distintas, dessa forma, atendendo à heterogeneidade do grupo alvo. Conta com dois blocos de banheiros e dois sanitários PCDs. Possui as mesmas duas áreas de estar abertas para uso mais privativo dos acolhidos, sem programa pré determinado para garantir a versatilidade do espaço, e ainda dois espaços de convivência internos, onde poderão ocorrer atividades de leitura, TV, entre outras.

PROJETO

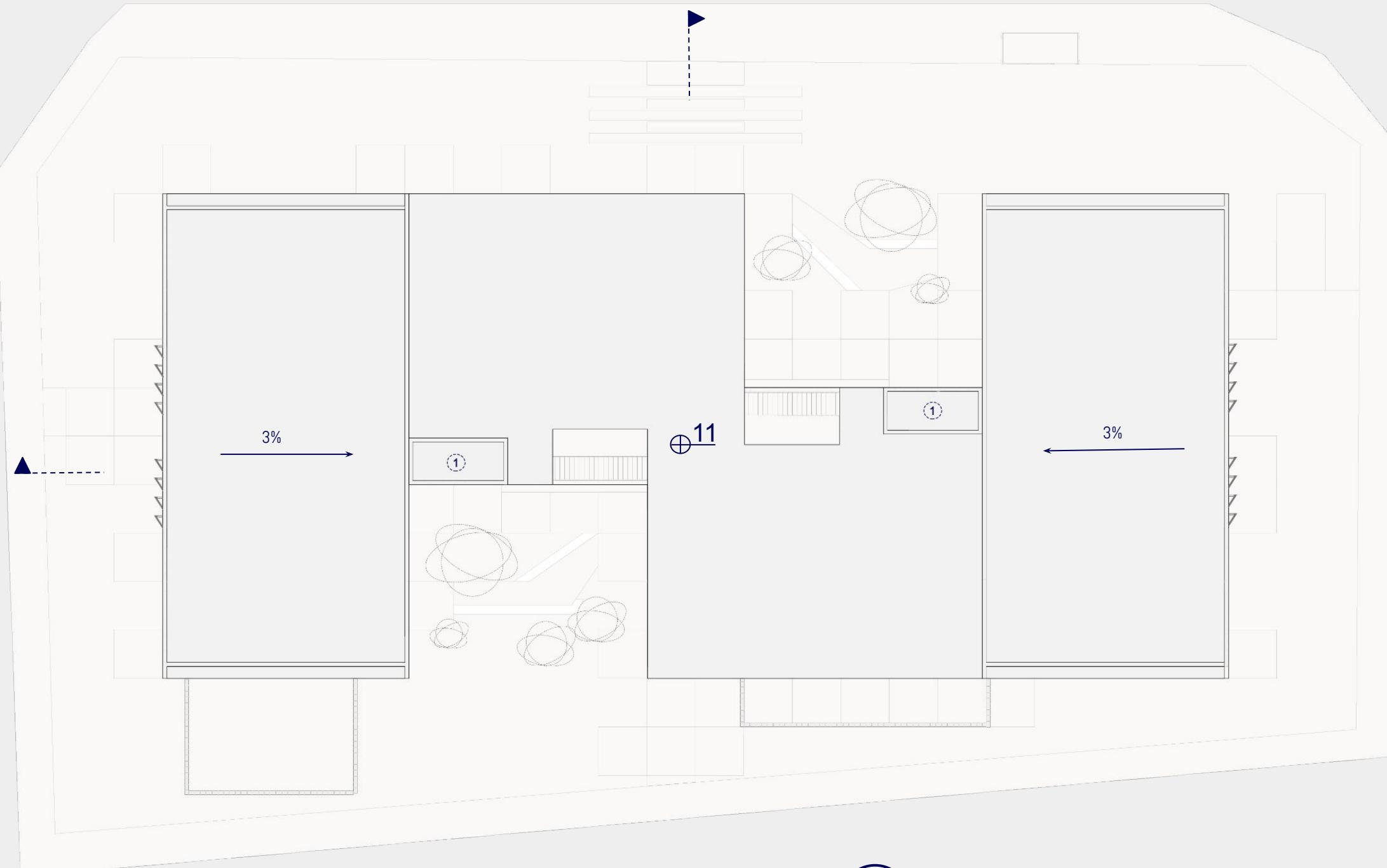
segundo pavimento





PROJETO

cobertura

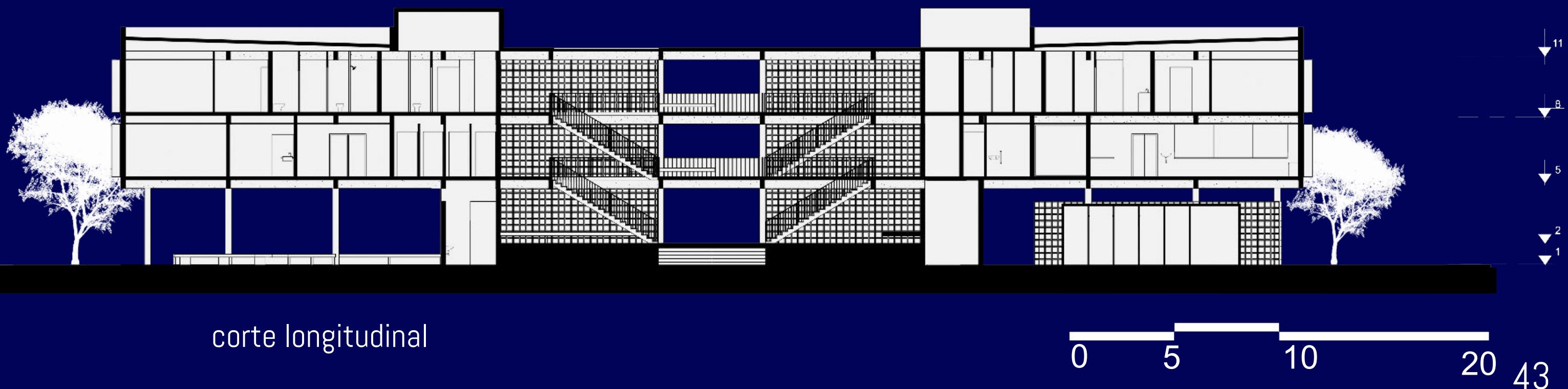


1 caixa d'água/caixa do elevador



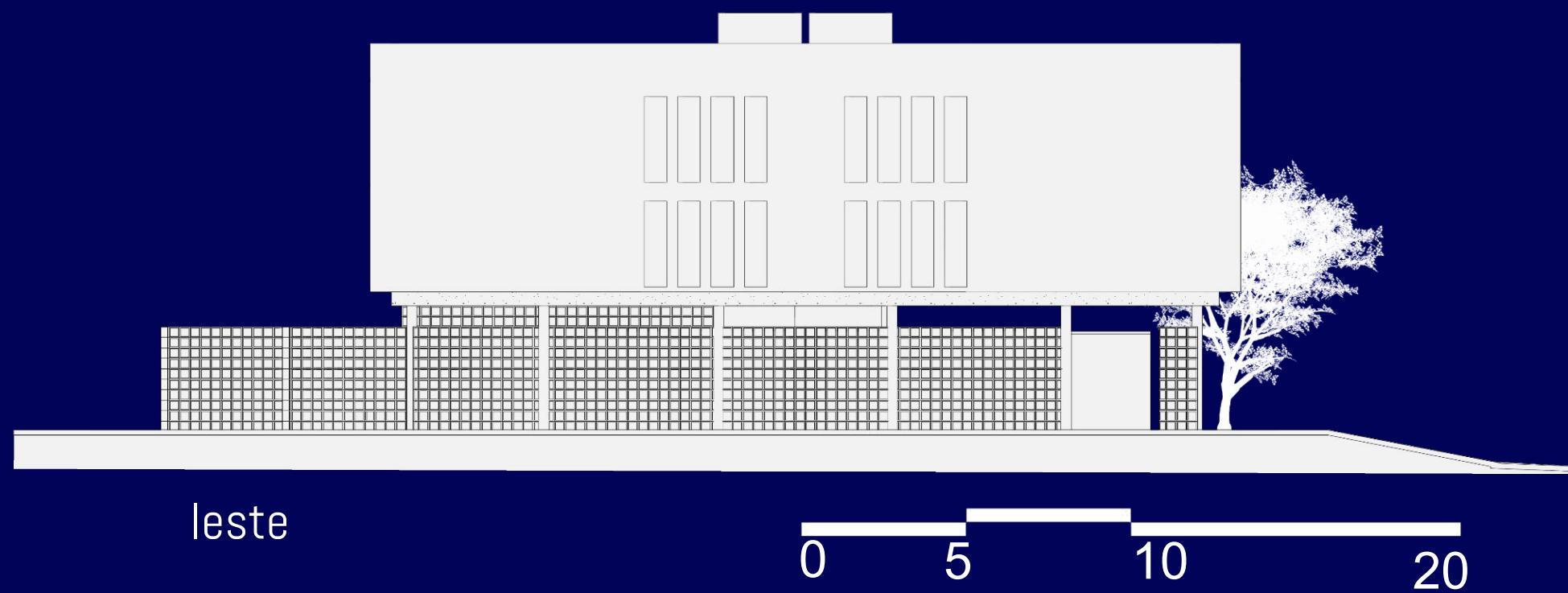
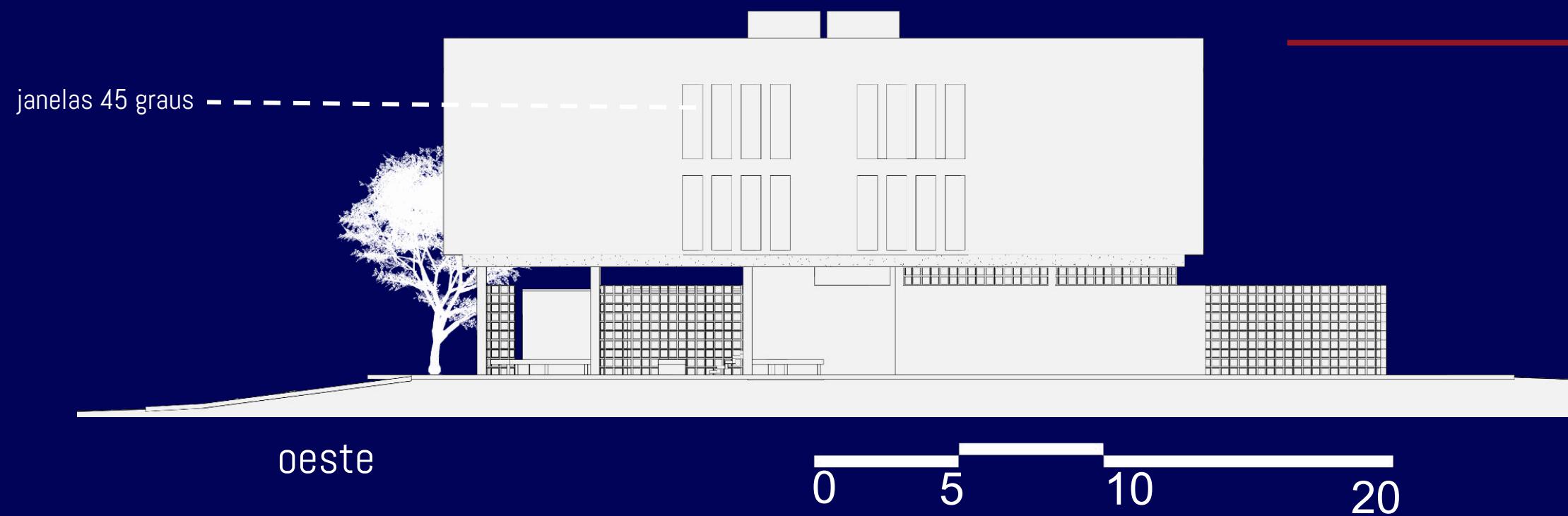
PROJETO

cortes



PROJETO

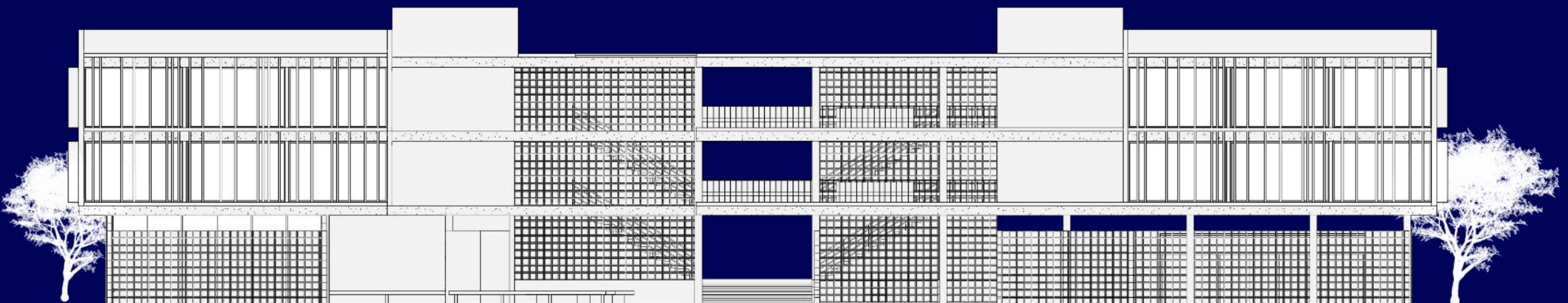
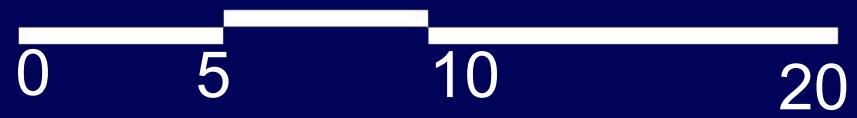
elevações



PROJETO
elevações



norte

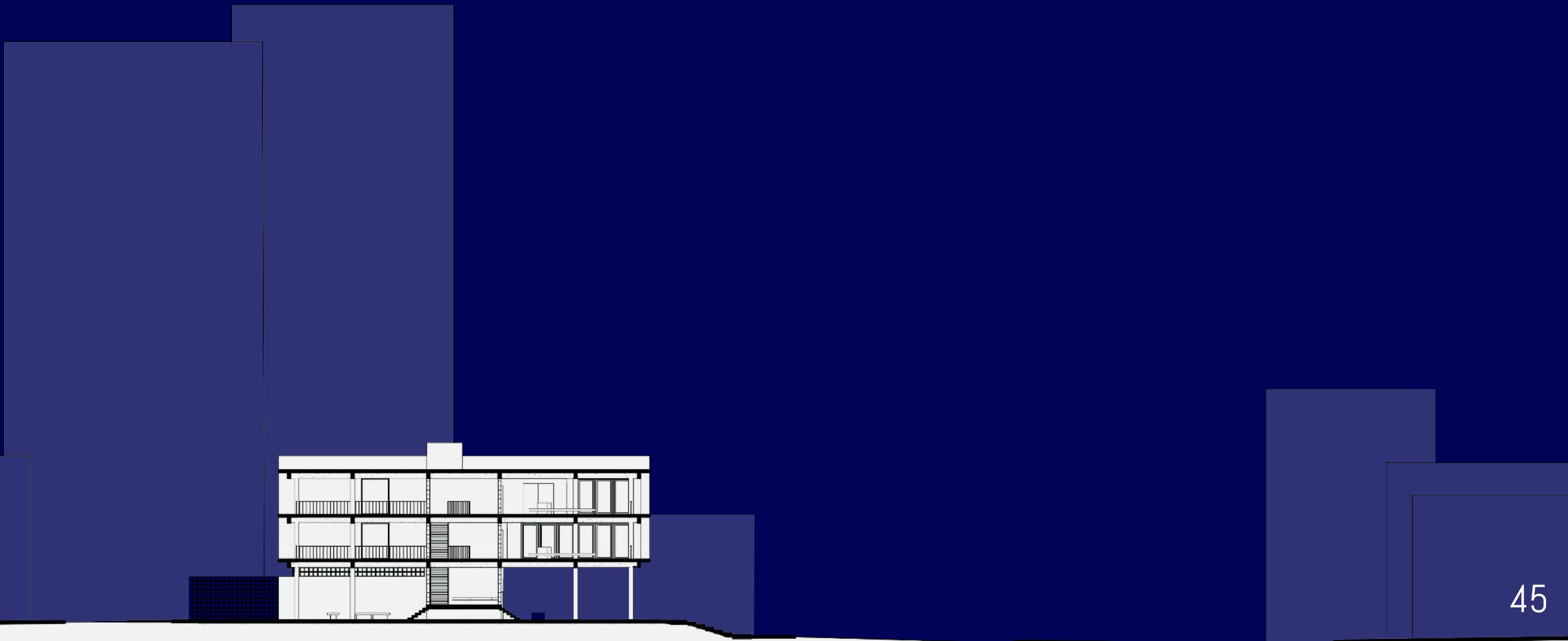


sul



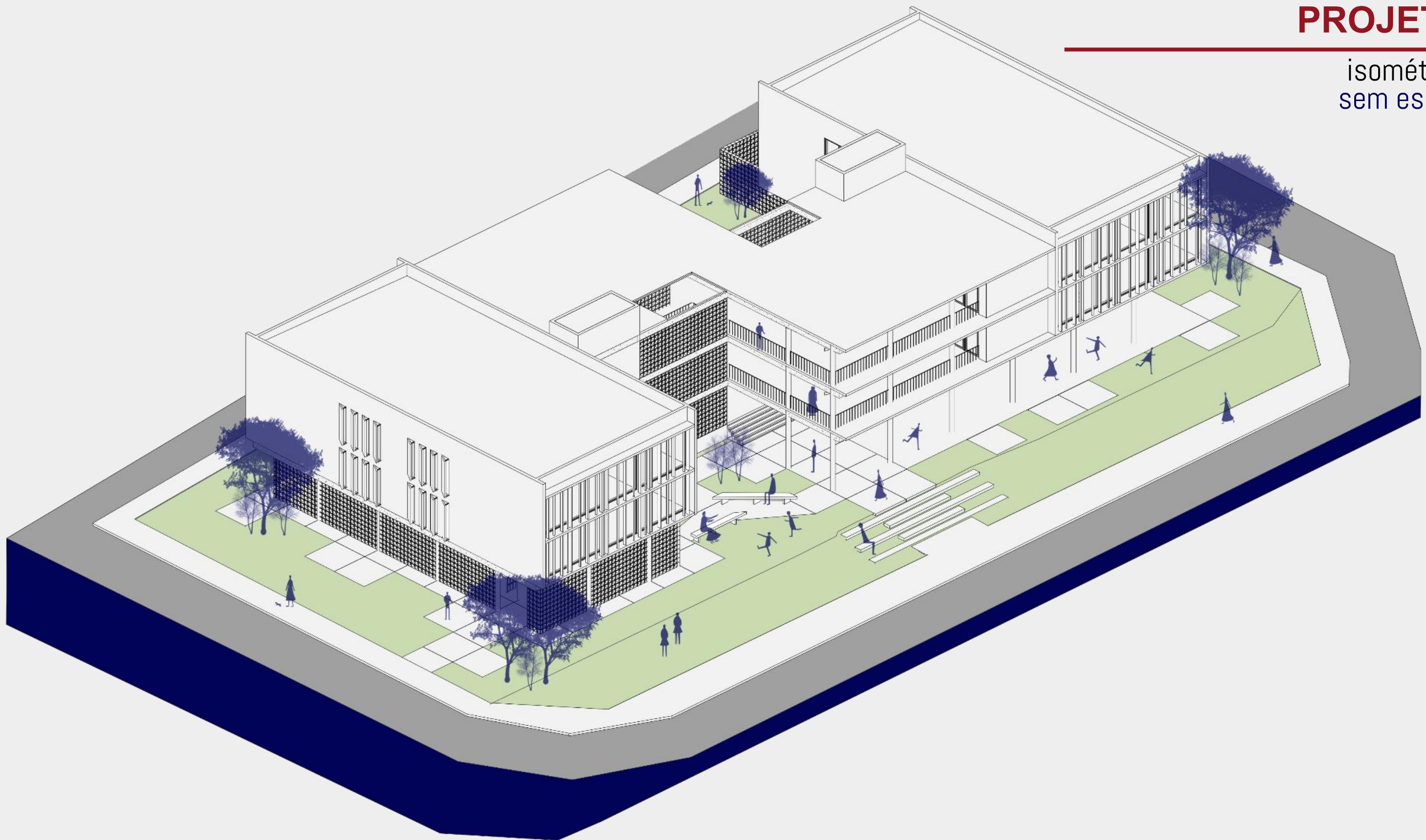
PROJETO

corte urbano
sem escala



PROJETO

isométrica
sem escala









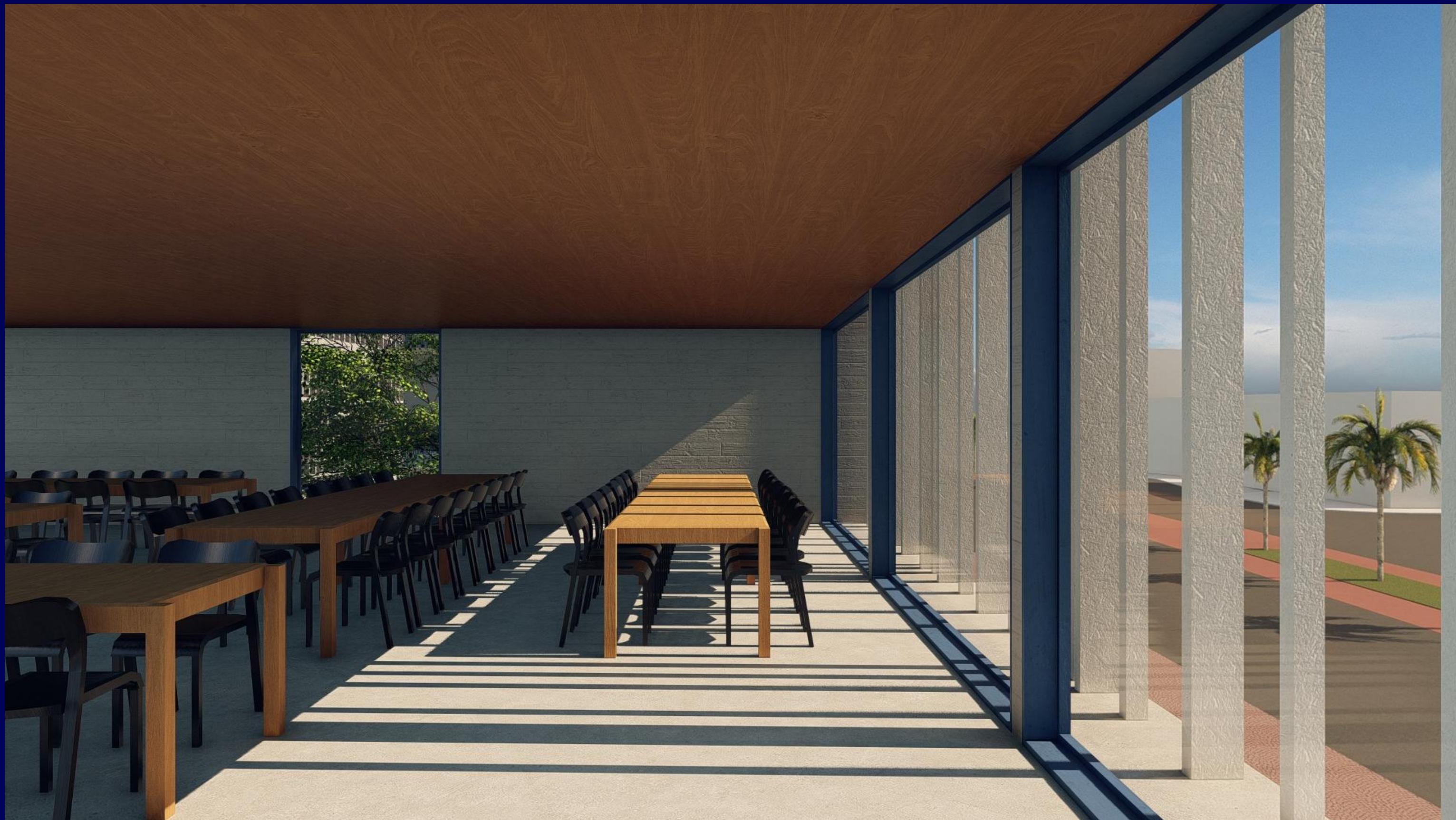














referências

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. T.; TAVARES, M. G. População em situação de rua: identidade social e a dialética da inclusão/exclusão. *Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - Alagoas*, v. 2, n. 3, p. 113–132, 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/2081>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Orientações para o funcionamento de Centros Pop. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Aumento da população em situação de rua. 24 jan. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/1033592-aumento-da-populacao-em-situacao-de-rua-24-01-2024/#:~:text=0%20Brasil%20tem%20hoje%2020227,onde%20guardar%20seus%20poucos%20pertences>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CASTELLS, M. A construção da identidade. In: CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 9. ed., 2008. p. 54-60.

DIÁRIO DA REGIÃO. Cresce o número de moradores de rua em Rio Preto. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-em-rio-preto-1.58057>. Acesso em: 14 jun. 2024.

DIÁRIO DA REGIÃO. Número de moradores de rua passa de 750 para 833 em Rio Preto. 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/riopreto/numero-de-moradores-de-rua-passa-de-750-para-833-em-rio-preto-1.962685>. Acesso em: 14 jun. 2024.

REFERÊNCIAS

DIÁRIO DA REGIÃO. Com 1,2 mil moradores de rua, Rio Preto entra no mapa da fome. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/riopreto/com-1-2-mil-moradores-de-rua-rio-preto-entra-no-mapa-da-fome-1.1949788>. Acesso em: 14 jun. 2024.

G1. Maioria da população em situação de rua é composta por homens negros em Rio Preto, diz estudo. 20 out. 2024.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2024/11/13/maioria-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-composta-por-homens-negros-em-rio-preto-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2024.

GOBBO, F. G. R. Identificação e pertencimento espaciais: a relação entre os moradores e o espaço da moradia na cidade contemporânea. 2007. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/712020.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PREFEITURA DE RIO PRETO. Diagnóstico geral finalizado. 10 abr. 2024. Disponível em:

<https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/social/diagnostico/Diagn%C3%B3stico%20Geral%20Finalizado%2010.04.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

RODRIGUES, Mirelly Moura; TARGINO, Ricardo Luiz. A importância da arquitetura de um centro de apoio a pessoas em situação de rua. 2022.

VALE, Aléxa Rodrigues do; VECCHIA, Marcelo Dalla. O cuidado à saúde de pessoas em situação de rua: possibilidades e desafios. *Estudos de Psicologia*, v. 24, n. 1, p. 42-51, 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 15 set. 2024.



INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO